

EM DEFESA DE DIREITOS

Independentemente dos resultados económico e financeiros crescentemente positivos que a ANA,SA apresenta, o Governo e o Conselho de Administração da Empresa flagelam profundamente os trabalhadores, **impondo-lhes unilateralmente, por um lado, cortes ou congelamentos salariais e, por outro, a suspensão da progressão profissional nas categorias em 2011**. Assim, serão, de novo, de forma injusta e injustificada, os trabalhadores a suportar parte importante dos custos operacionais que o Governo impôs à Empresa.

Contra isso, a breve prazo, os sindicatos, SITAVA e SQAC accionarão as medidas adequadas que visam nomeadamente, **repor a legalidade no que concerne à observação de normas da Lei da Contratação Colectiva**.

Por outro lado, em situação de crise social, económica e financeira que o país atravessa, e tendo nomeadamente em vista a supressão do buraco do deficit, o Governo anuncia a privatização da ANA,SA, promovendo, desta forma, **a subordinação do interesse público à do capital privado**.

Esta decisão, que está suportada, também, nas políticas e estratégia que a Empresa vem adoptando de há uns anos a esta parte visam, nomeadamente, **a redução significativa de pessoal, a entrega de áreas de actividades e funções à subcontratação, a efectivação de medidas que conduzem à perda do poder de compra dos salários**, acentuando assim, o desencanto e instabilidade laborais.

Apesar do cenário desfavorável traçado e sem prejuízo de não subscrevermos uma revisão global do Acordo de Empresa que exclua um acordo sobre matérias remuneratórias - que inclui, também, a revisão salarial de 2010, **o SITAVA E O SQAC consideram que o processo de revisão do Acordo de Empresa deverá prosseguir**.

De facto, as consequências decorrentes da suspensão indefinida da negociação de revisão do Acordo, **colocaria nas mãos da Empresa o poder de aplicar, de forma unilateral, medidas que poderiam por em causa direitos e interesses dos trabalhadores da ANA,SA**.

Pelas razões aduzidas, **esgotaremos a via da negociação em particular nas matérias que respeitam ao clausulado geral e carreiras profissionais**, sendo que a aprovação das mesmas dependerá sempre da vontade dos trabalhadores associados.